

DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DA CANDIDATURA DE ROGÉRIO NOVAES AO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIRETRIZES GERAIS

Nos últimos 20 anos o Brasil consolidou seu sistema democrático de governo e se transformou na principal economia da América Latina. O Estado de Santa Catarina ajudou em muito nesse processo. Aqui surgiram e atuaram lideranças que mudaram a face do país nesse período e é aqui que encontramos os recursos sociais, políticos e econômicos que são necessários para produzir as inovações que o país precisa para encontrar seu caminho no século XXI.

Santa Catarina precisa de uma liderança política inovadora que seja capaz de promover uma agenda pautada no desenvolvimento sustentável, em harmonia com os interesses e com a diversidade da sociedade. Garantir as condições para o desenvolvimento econômico sustentável com base na absorção de novas tecnologias de baixa emissão de carbono e alto valor agregado é a principal meta de nosso governo. O mundo já viu o que acontece quando economias inteiras se apóiam na especulação. Também viu – e está vendo – as consequências da disputa desenfreada por recursos naturais.

Após a crise financeira de 2008, nos deparamos com um novo tema: a chamada “economia verde”. Isso não pode ser uma mera maquiagem, peça de propaganda. É preciso tratar o tema com seriedade, competência e determinação. Não é um pacote de benesses como muitos prometem, mas um conjunto de diretrizes para o futuro, que ao mesmo tempo crie empregos, melhore a qualidade de vida da população e aumente a capacidade do meio ambiente em suprir as necessidades das gerações que virão.

Um dos estados mais ricos do país precisa de um governo que seja capaz de conciliar o crescimento econômico sustentável à inclusão econômica e social dos setores mais pobres da população. Há vários exemplos de má distribuição dos recursos: tempo perdido no deslocamento ao trabalho, falta de opções de educação e lazer nas nas cidades, contaminação das águas e poluição do ar, falta de trabalho e de qualificação para parcelas da população. Enfim, uma concentração elevada de bem-estar em poucas pessoas, a expensas de custos não incorporados nas equações econômicas e pagos pela sociedade como um todo.

A solução deste problema depende do exercício de um governo mais eficiente, mais responsável, e que seja capaz de mobilizar as forças criativas e o empreendedorismo de seus cidadãos sem comprometer seus recursos naturais.

Isso não é uma utopia ambientalista. É preciso esclarecer esse ponto, para evitar rótulos. O PV é presente e atuante nos países mais desenvolvidos do planeta, em termos de democracia e bem-estar social. Na Europa, os Partidos Verdes encontram-

se bastante estruturados e integrados. Após 30 anos de existência, preenchem hoje 56 dos 736 assentos no Parlamento (7% do total). A plataforma dos PVs europeus sempre se baseou nos princípios da responsabilidade ambiental, liberdade individual, democracia, diversidade, justiça social, igualdade entre sexos e faixas etárias, desenvolvimento sustentável global e não-violência. O PV existe no Brasil desde 1986 e, em Santa Catarina seguiu o mesmo curso.

As diretrizes básicas serão desenvolvidas em três Áreas Macro:

AMBIENTE

CULTURA

GESTÃO PÚBLICA

Quanto ao AMBIENTE, serão trabalhadas as questões relativas ao espaço geográfico, com a divisão do Estado atendendo as Regiões Hidrográficas já estabelecidas, e que são em número de dez (10). Isto possibilitará que as ações sejam tomadas com base na proteção e preservação do ambiente, buscando o desenvolvimento naquilo que ele oferece naturalmente. A questão do desenvolvimento econômico do Estado levará em conta máxima a questão da sustentabilidade, entrando em sinergia com as potencialidades e oportunidades geradas pelo próprio ambiente das regiões hidrográficas. A questão da saúde da população advém substancialmente das condições oferecidas pelo ambiente e as formas de geração econômica nele realizadas. A busca por uma simbiose sustentável entre estes vetores cria um espaço mais saudável que se reflete na saúde da população.

Quanto a CULTURA, Santa Catarina se diferencia de outros Estados do Brasil pelo forte componente étnico de sua população, formando um mosaico de 23 etnias, e destas, as maiores são de origem européia, que legaram suas características e tradições. Uma proximidade maior do Estado com os Países que nos legaram seus migrantes já rende grandes benefícios e a sua intensificação facilitará o processo de internacionalização das esferas públicas e da economia local, principalmente dos menores municípios. Dentro deste aspecto será desenvolvido um novo conceito de Educação, unindo passado, presente e futuro, fazendo com que os municípios possam assumir mais ações e responsabilidades para com a formação local, principalmente quanto ao ensino profissionalizante, e levando em conta as características locais, sempre com a ajuda técnica e estrutural do Estado, que deve se concentrar mais na formação e pagamento dos professores.

Quanto a GESTÃO PÚBLICA, o último governante, com o mote da descentralização, pulverizou a estrutura pública no Estado, criando 36 secretarias regionais, cujos resultados não são aparentes, muito porque a maioria dos cargos são ocupados por políticos e não por técnicos. Nesta área e em tempos de sustentabilidade, o mais indicado é a instrumentalização no sentido das Regiões Hidrográficas, visando justamente o desenvolvimento sustentável. Mas o principal fato é o reconhecimento do servidor público, buscando nele e através dele, as respostas para as novas ferramentas de gestão, incluindo-o no processo como ator principal. A construção de um Quadro de Carreira que contemple a progressão na carreira, a meritocracia e a formação como tripé básico é o mais indicado. Mas para que isto aconteça, a questão dos servidores deve ser tratada no todo e não por classes ou áreas, somente resguardando as características de cada uma.

Dentro deste aspecto deve ser encarado todo o contexto da sustentabilidade oportunizando uma agenda que privilegie quatro metas principais:

1. Incentivar uma economia de baixa intensidade de carbono
2. Incentivar a economia criativa
3. Incentivar a economia da biodiversidade
4. Criar uma nova geração de programas sociais

Em primeiro lugar o nosso governo estará empenhado em criar os incentivos para investimentos públicos e privados em inovações que resultem em uma economia de baixa emissão de carbono, em especial com a redução da emissão do dióxido de carbono pela queima de combustíveis fósseis. O desenvolvimento sustentável significa menos poluição do ar, menos desperdício de água e de outros insumos necessários à produção e ao bem-estar da população. O desenvolvimento sustentável implica em menos pressão sobre os sistemas de saúde e transporte, que acaba levando a serviços de melhor qualidade a todos.

Em segundo lugar, pretendemos incentivar o investimento em um segmento econômico ainda pouco explorado no Brasil: a **economia criativa**. A economia criativa valoriza o conhecimento e seu principal vetor é a produção e a comercialização de novas tecnologias e processos que possam ser convertidos em bens e serviços limpos e competitivos, o que inclui a produção de softwares, a propaganda, o *design* e a moda, a arquitetura sustentável, os serviços à distância (*outsourcing* e teletrabalho) e as atividades culturais e de entretenimento, que já fazem parte da cultura empreendedora dos catarinenses e como geração de produtos e renda. Esses setores têm uma comprovada capacidade de gerar empregos e de ampliar os efeitos positivos do crescimento econômico, uma vez que boa parte dessas atividades é capaz de produzir conhecimento que pode ser diretamente aplicado na melhoria dos serviços prestados pelo Estado.

Meta 1: Incentivar uma economia de baixa intensidade de carbono

A primeira proposta do PV em Santa Catarina é fazer cumprir a Lei do Clima, aprovada em 2009, que estabelece uma meta de 20% nas reduções de emissões de dióxido de carbono até 2020, com relação ao ano de 2005. Importante ressaltar que para o PV, reduzir emissões não significa paralisar ou obstruir a atividade econômica, mas sim torná-la mais eficiente do ponto de vista ambiental.

A busca da eficiência energética e no uso de recursos naturais é uma das metas prioritárias de nosso governo e medidas simples podem fazer grande diferença. Encontramos exemplos em várias áreas. As indústrias de eletrodomésticos podem aumentar a eficiência dos fogões, de forma a reduzir o tempo de cozimento e, conseqüentemente, o consumo de gás. A indústria automobilística pode investir em novas tecnologias que permitam aumentar a eficiência dos veículos, o que permitiria que menos combustível fosse necessário para transportar o mesmo volume de carga transportado atualmente. A eficiência veicular é um aspecto crítico para a economia de Santa Catarina e por isso, é fundamental estabelecer limites de eficiência para os automóveis e para os veículos de carga.

O Estado de Santa Catarina emite milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano, sendo que metade dessa emissão é produzida pelo consumo de energia fóssil (carvão, petróleo e derivados de petróleo). O setor de transporte rodoviário sozinho é responsável por grande parcela dessas emissões, por isso esse é o primeiro ponto a ser enfrentado. Não é difícil imaginar onde estão os desperdícios: excesso de veículos transportando uma só pessoa parados em congestionamentos, caminhões transportando cargas pesadas em vias urbanas, horários de pico de trânsito mal escalonados, veículos desregulados e de tecnologia obsoleta. São várias as gorduras que precisam ser queimadas.

Em termos de combustíveis, Santa Catarina tem condições privilegiadas de substituir mais vigorosamente a gasolina pelo etanol, já que 1/5 da produção mundial é brasileira. O etanol pode ser utilizado não somente nos carros, mas também em ônibus adaptados. O biodiesel é outra alternativa, que deve ser expandida de forma mandatória. O uso de eletricidade no transporte deverá aumentar vigorosamente através de opções como veículos híbridos, elétricos, trólebus, bondes modernos (como os *trams* europeus) e metrô de superfície

Com o transporte de carga não ocorre nada diferente. Privilegia-se o uso de caminhões, muitas vezes obsoletos, poluentes, que com frequência atravessam as nossas cidades, de pequenas a grandes para transportar cargas que vem de várias partes do País. Há décadas se fala em troca de modais, em utilização de ferrovias, hidrovias e dutovias. Esses são modais extremamente eficientes e adequados à economia do século XXI. Não é por falta de planos que não temos isso posto em prática: o Plano Diretor de Transporte ainda é tratado como uma ficção, mas, se for implementado permitirá a redução de cerca de 30% nas emissões de gases estufa do nosso maior vilão - o setor de transporte. Em países desenvolvidos, cargas pesadas,

como as da construção civil, *commodities* agrícolas e lixo urbano, não trafegam preferencialmente por rodovias.

Mudar esse quadro requer não só planejamento, mas também o que é chamado por muitos de **vontade política**. É preciso, por exemplo, rever o sistema de concessão de nossas ferrovias, construir terminais intermodais de carga, estabelecer diretrizes mandatórias para o transporte em geral. Tais regramentos visam o bem comum, não necessariamente agradando a todos.

Quando se fala em reduzir emissões de carbono, imediatamente aparecem argumentos de que isso limitaria o nosso desenvolvimento. Não é o que pensam os países mais desenvolvidos nem a economia emergente da China. Não é o que devemos pensar para Santa Catarina. A Lei do Clima prevê uma meta geral e metas setoriais de redução de emissões, que podem e devem ser aplicadas aos setores que mais emitem porém após uma análise criteriosa de opções tecnológicas, bem como da possibilidade de compensação de emissões (troca de direitos adquiridos ou *offsets*). O licenciamento ambiental deve, com responsabilidade, contemplar adequadamente os efeitos de mitigação de emissões e adaptação aos impactos climáticos por parte de empreendimentos.

Santa Catarina pretende ainda levar além de suas fronteiras as propostas de economia descarbonizada. Junto à União, pretendemos discutir aspectos fiscais, como a tributação de bens e atividades carbono-intensivos capazes de gerar recursos para a desoneração de outros bens e serviços ambientalmente preferíveis. Deverá discutir padrões obrigatórios de eficiência para veículos e outros produtos. Respeitado o pacto federativo, Santa Catarina deverá utilizar sua posição proeminente como forma de indução a outras regiões. Alguns exemplos são a discussão do ICMS ecológico, a propositura de regulamentos semelhantes entre estados no que se refere a padrões de desempenho de produtos e a utilização de medidas compensatórias em projetos de proteção do meio ambiente. A lei climática catarinense deverá sair do papel e ser discutida com a sociedade, possibilitando a troca de créditos pelo abatimento de emissões além das fronteiras de nosso estado.

Em tempos de pré-sal, torna-se fundamental questionar que rumos querem tomar o Brasil e Santa Catarina. Vários aspectos estão em jogo nessa discussão: investimentos de vulto por parte de toda a sociedade num negócio concentrado, riscos ambientais e geopolíticos decorrentes de uma atividade econômica ancorada no petróleo, falta de inovação em outros setores, dependência de importações de bens intensivos em tecnologia, defesa comercial de nossos produtos no exterior e pressões em negociações internacionais multilaterais são alguns exemplos.

Meta 2: Incentivar a economia criativa

O apoio aos setores criativos da economia pode garantir a sustentabilidade do crescimento de Santa Catarina na próxima década. Precisamos repensar o conceito de

uma economia centrada na atividade industrial manufatureira e de bens primários. Porque mais do que a produção em larga escala de produtos padronizados, o que adiciona valor a qualquer economia é a criatividade. Exemplos estão por toda a parte: exportamos grande quantidade de bens primários enquanto importamos bens de capital e de consumo (inclusive os de luxo). Na nossa visão, o governo deve ajudar a sociedade a identificar os ativos criativos que podem contribuir para superar os aspectos obsoletos do modelo industrial de crescimento que vigorou no século XX.

O desafio é encarar a economia de uma nova forma, de um jeito holístico, compreendendo suas vantagens e fragilidades. Nosso governo irá incentivar novas idéias, os novos segmentos econômicos e recompensar os esforços dos empreendedores. As indústrias de mentalidade ultrapassada, que não se expõem à competição e que não buscam uma inserção global, não devem esperar nada de nosso governo. Ao contrário, apostamos que o sucesso desta nova economia se apóia no investimento em pesquisa e tecnologia com foco na construção de novas possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais na indústria e na agricultura.

A economia criativa não representa apenas maiores lucros, mas também menores perdas e menores riscos. O enfrentamento das mudanças climáticas requer resposta rápida e eficiente aos desastres naturais e outros impactos. A chamada adaptação aos efeitos da mudança do clima também pode gerar empregos, além de poupar vidas e recursos econômicos. Há muito valor agregado na prevenção contra enchentes, deslizamento de encostas, ondas de calor, quebras de safras agrícolas, perdas de espécies, episódios críticos de poluição do ar, falta d'água, migrações forçadas, aumento da desigualdade e a intensificação de fatores de exclusão social.

Meta 3: Garantir a conservação e o uso econômico da biodiversidade

A diversidade da vida no planeta é essencial para o desenvolvimento sustentável. De acordo com o terceiro relatório do Panorama da Biodiversidade Global, divulgado em 2010 pelas Nações Unidas, a perda da biodiversidade global está alcançando um patamar quase irreversível.

A Convenção sobre Diversidade Biológica, firmada na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), é o principal instrumento do compromisso estabelecido pela maioria das nações do mundo para buscar "... a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos" (CDB, Artigo 1).

O ano de 2010 é crucial para o tema da Biodiversidade. Neste ano ocorrerá a 10ª Conferência das Partes (COP) da Convenção da Diversidade Biológica, na cidade de Nagoya no Japão. O grande objetivo deste encontro será o de estabelecer um Regime Internacional de Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios dos Recursos Genéticos, garantindo assim o cumprimento dos acordos feitos entre as nações e a repartição justa dos benefícios oriundos da biodiversidade.

Segundo estudos da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), 17.000 espécies de plantas e animais estão ameaçados de extinção e 60% dos ecossistemas do planeta não são mais capazes de prover os serviços ambientais dos quais o homem depende, tais como produção de alimentos, água potável e controle do clima. Esses alarmantes dados reforçam a urgência de se estabelecer uma discussão eficaz sobre o tema da Biodiversidade. O Brasil, sendo o primeiro país em diversidade biológica no mundo, desempenha um papel fundamental nesta questão.

Segundo dados do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, existem 219 espécies animais (109 aves, 67 mamíferos, 29 insetos, nove répteis, um anfíbio, um artrópode, um coral, um peixe e um crustáceo) e 106 espécies vegetais que correm o risco de desaparecer no país. Vale lembrar que entre os fatores que contribuem para a perda dessa biodiversidade estão a caça predatória e ilegal, a derrubada de florestas, o desmatamento, a destruição dos ecossistemas, a poluição de rios, as mudanças climáticas e a presença de espécies exóticas invasoras, dentre tantos outros. Vale lembrar que IUCN considera a segunda ameaça a biodiversidade no planeta a introdução de espécies invasoras. Esse problema hoje acarreta grandes prejuízos a economia nos EUA, e no Brasil o tema tem sido objeto de preocupação. Santa Catarina a exemplo do Paraná, deverá se empenhar radicalmente no controle das espécies invasoras uma vez que essas podem trazer grandes prejuízos à atividades econômicas como na agricultura e na operação das hidroelétricas pela introdução do mexilhão dourado.

Bens e serviços gerados pela biodiversidade têm valor econômico significativo, embora alguns destes bens e a maioria dos serviços não sejam comercializados pelo mercado. Para se ter uma idéia do prejuízo causado pela perda da biodiversidade, o estudo "A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade", organizado pelo PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, estimou que as perdas anuais resultantes do desmatamento e da degradação florestal podem equivaler a US\$ 2 trilhões, podendo chegar a US\$ 4,5 trilhões.

No ano de 2002, na Conferência de Joanesburgo, os governos acordaram em atingir, até 2010, uma redução significativa da taxa atual de perda de biodiversidade em níveis global, regional e nacional como contribuição para a diminuição da pobreza e para o benefício de toda a vida na Terra. Iremos colocar o Estado de Santa Catarina em consonância com esse esforço global de conservação da biodiversidade.

Meta 4: Criar uma nova geração de programas sociais

Estaremos juntos com Marina Silva empenhados na construção de uma nova geração de programas sociais. Investiremos na integração dos programas sociais que existem hoje no Estado e na coordenação do governo com a iniciativa privada. O principal instrumento dessa renovação nos programas do Estado é o cadastro único de beneficiários do programa Bolsa Família. A nossa principal meta é passar do assistencialismo à inclusão produtiva dos beneficiários dos programas sociais.

O Bolsa Família representou um avanço importante na história dos programas sociais no Brasil, na medida em que rompeu com a tradição de políticas assistencialistas ao exigir que as famílias atendidas cumprissem com certas exigências. Com o Bolsa Família foi possível conhecer quem são os pobres do Brasil e criar um canal de comunicação com essa população. O que precisamos agora é usar esse canal de comunicação para criar um plano de desenvolvimento individualizado com base nas necessidades específicas de cada núcleo familiar.

Não podemos dissipar recursos com a criação de novos programas sociais. A renovação que propomos tem por base uma melhor governança das iniciativas existentes. Vamos criar o cadastro único dos programas sociais catarinenses. O Cadastro Único será a porta de entrada para se receber benefícios de programas sociais. Outro vetor importante de nossa proposta é a separação entre a oferta de programas sociais e a seleção dos beneficiários. Vamos criar no Estado uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar que será responsável pela seleção dos beneficiários.

O agente familiar será o elo entre famílias mais carentes do Estado e os programas públicos e privados de assistência social. O agente familiar, além de selecionar os beneficiários, estabelecerá planos de desenvolvimento personalizados e monitorará a evolução dos beneficiários até que estes superem a situação vulnerável em que se encontram e alcancem a gestão plena de suas vidas produtivas. Na nova geração de programas sociais que iremos engendrar, os beneficiários serão os protagonistas de seu próprio destino e não haverá benefícios sem contrapartidas. Assim, estabeleceremos com as famílias mais pobres e vulneráveis do Estado um contrato social com metas correspondentes ao benefícios recebidos.

Desde o primeiro dia de governo trabalharemos com o objetivo de detalhar os custos dessa iniciativa e de dimensionar a infraestrutura institucional necessária para que esses objetivos possam ser atingidos. Sabemos no entanto, que o principal custo para a implementação dessas propostas não é orçamentário, mas sim de gestão e política, por isso não hesitamos ao assumir mais esse compromisso com a população de Santa Catarina: vamos criar juntos uma nova geração de programas sociais e tirar da pobreza 3 milhões de famílias que têm rendimento familiar per capita de até 1/2 salário mínimo.

Essas são metas básicas que, se atingidas, garantirão não só uma maior sustentabilidade, como uma maior equidade na distribuição dos resultados positivos do crescimento econômico.

DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

As seguintes diretrizes programáticas constituem os eixos transversais de ação do nosso governo para que essas metas sejam atingidas:

- 1) A adoção de medidas custo-efetivas de abatimento da emissão de carbono;
- 2) A transformação do Estado em um centro dinâmico de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia sustentável;
- 3) Apoio e investimentos direcionados ao desenvolvimento dos setores criativos da sociedade;
- 4) Promover a economia dos ecossistemas e da biodiversidade;
- 5) A consolidação de um sistema educacional adequado às necessidades de nosso tempo;
- 6) Combater as desigualdades, superar o assistencialismo e construir uma nova geração de políticas sociais;
- 7) Garantir a segurança, a qualidade de vida e o bem-estar social;
- 8) Criar um sistema inovador de gestão no setor público com a adoção de metas e prazos tangíveis para a execução;

1) A adoção de medidas custo-efetivas de abatimento da emissão de carbono.

O Brasil está na incômoda 4ª posição dos países que mais emitem gases de efeito estufa no mundo, hoje principalmente por conta do desmatamento, mas num futuro próximo também por optar por uma matriz energética com maior consumo de combustíveis fósseis. Além disso, práticas agrícolas inadequadas (como a aplicação excessiva de fertilizantes, queimadas e a expansão das pastagens extensivas de forma ineficiente) contribuem para agravar esse quadro. Como consequência, temos outros efeitos perversos decorrentes dessa opção: poluição do ar nos grandes centros urbanos, perda de biodiversidade pelo desaparecimento das florestas, conversão inadequada de áreas naturais em agrícolas com baixa produtividade, desertificação e escassez de água, efeitos climáticos globais atingindo principalmente as populações e setores econômicos mais vulneráveis.

Com o impacto da mudança do clima, o PIB do país poderá sofrer uma redução de até 2,3%, o que significa R\$ 3,6 trilhões, ou um ano inteiro de crescimento nos próximos 40 anos. Felizmente há grandes oportunidades para abatimento na emissão de carbono no Brasil e em Santa Catarina. Para que isso aconteça é preciso que o governo federal e o estadual, em parceria com os empresários e os setores organizados

da sociedade, estejam comprometidos com a implantação da infraestrutura necessária na transição rumo a uma economia de baixo carbono.

Para isso desenvolveremos as seguintes ações:

- a. Atração de cadeias industriais e de serviços que produzam maior valor agregado e menos emissões. O processo de licenciamento ambiental não pode ser um obstáculo ao investimento, mas deve garantir que os novos projetos industriais tenham um padrão de eficiência energética compatível com as metas estabelecidas de redução da emissão de gases de efeito estufa.
- b. Aumentar os recursos disponíveis para o saneamento básico e para as iniciativas voltadas para reciclagem de resíduos sólidos e aproveitamento de gases em aterros sanitários.
- c. Fomentar a adoção de novas tecnologias e processos de transporte mais limpos e eficientes. Reordenar e direcionar os investimentos e subsídios em transportes de forma a orientar e estruturar o crescimento e mobilidade nas grandes cidades do estado que estão entre as mais afetadas do país. Nas Regiões Metropolitanas a missão é integrar modais, otimizar frotas e itinerários e reduzir o tempo de viagens, entre outros. Ampliar a oferta de ciclofaixas, ciclovias e ligações intermodais que facilitem o uso da bicicleta nos deslocamentos urbanos.
- d. Desenvolver uma política de recuperação de sistemas de refrigeração e outros, com coleta e destruição em incineradores dos gases HCFCs, com grande potencial de aquecimento global.
- e. Desenvolvimento de linhas de P&D focadas na produção de conhecimento que permitam melhorar as práticas que são atualmente exercidas por agricultores e pecuaristas do Estado.
- f. Fomentar por meio de investimentos públicos em infraestrutura o aumento da produção de biocombustíveis no Estado, levando em conta os critérios de incorporação da dimensão sócio-ambiental em toda a cadeia produtiva. Incentivos precisam ser dados às áreas de cultivo da cana-de-açúcar, principal fonte de etanol, desde que estas áreas não sejam vetor determinante de supressão de ecossistemas nacionais importantes.
- g. Abrir linhas de crédito e incentivos fiscais e tributários que deem condições para que o parque industrial catarinense seja uma referência na utilização de meios alternativos de energia em todo seu processo produtivo, por meio do uso de energia renovável, utilização de tecnologias mais eficientes em novas instalações e tecnologia de captura e armazenamento de carbono.
- h. Proteger o bioma da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina, a maior do Brasil. Introduzir um novo modelo de gestão das unidades de conservação catarinenses com vistas a integrá-las ao desenvolvimento regional de Santa

Catarina, valorizando atividades como o eco-turismo e a pesquisa sobre a biodiversidade e seus usos econômicos.

- i. Fortalecer o planejamento territorial e implantar a avaliação ambiental estratégica e o zoneamento ecológico econômico como elementos norteadores das atividades produtivas e das ocupações das áreas mais vulneráveis em termos de seus impactos climáticos.
- j. Inovar nas políticas ambientais por meio da criação de novos instrumentos tais como: mercado de reservas legais, bancos de mitigação e outras iniciativas que permitam tornar mais efetiva a aplicação da legislação hoje disponível em Santa Catarina, mantendo as exigências hoje existentes a exemplo do código florestal..
- k. Construir um sistema de adaptação às mudanças climáticas, reforçando a Defesa Civil e outras instituições, gerando empregos voltados ao bem-estar social.
- l. Adequar o sistema educacional catarinense aos desafios do desenvolvimento sustentável no século XXI, com o ensino de educação ambiental, capacitação profissionalizante ampla (inclusive para primeiro emprego de jovens, ex-detentos, minorias e populações tradicionais) e o reforço do ensino de um segundo idioma na rede pública.
- m. A construção do Centro de Referência sobre o Desenvolvimento Sustentável, que terá como objetivo integrar de forma didática as informações sobre o que é e de como podemos promover por meio de ações individuais e coletivas medidas que levem ao desenvolvimento sustentável. O Centro, que congregará as áreas de Ciências e de História Natural, será um grande centro de referência para disseminar a conscientização do consumo consciente, da reciclagem e dos riscos ambientais a que estamos expostos devido às mudanças climáticas. Será um fórum de debates, inclusive hospedando encontros de pensadores independentes para pensar sobre o futuro das políticas públicas no Estado.

2) A transformação do Estado em um centro dinâmico de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia sustentável.

Santa Catarina é um estado economicamente forte, é dispõe de cientistas, universidades e centros de pesquisas. Nosso compromisso é fortalecer as instituições de pesquisa já existentes no Estado com reforço na transferência de recursos para pesquisas inovadoras de interesse público que possam resultar na produção de conhecimento e tecnologia orientados ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, nosso compromisso é transformar o Estado em referência quanto centro de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia sustentáveis com as seguintes ações:

- a. Ampliar o investimento em pesquisa e tecnologia sustentáveis;
- b. Aumentar a formação de Doutores, tanto nas universidades públicas e privadas como nas empresas, em áreas técnicas e científicas relevantes para o desenvolvimento de inovações requeridas pelo desenvolvimento sustentável.
- c. Investir em parcerias público-privadas para melhorar a gestão da produção de tecnologia e disseminação do conhecimento.

3) Apoio e investimentos direcionados ao desenvolvimento dos setores criativos da sociedade.

Na atualidade, a busca de esforços na direção de uma economia sustentável transcende a esfera da produção agrícola e o grande volume de exportação de *commodities* em geral. É inegável que as taxas de crescimento e de investimento no Brasil têm transformado o país em uma economia de referência e credibilidade mundiais. A inflação está controlada, a renda do brasileiro cresceu e, conseqüentemente, seu poder de consumo aumentou e, ainda, as taxas de desemprego têm apresentado queda nos últimos anos.

No entanto, não há garantia de que isso se sustente no médio e longo prazos. Todo esse crescimento ainda é pautado em bases frágeis de uma imensa liquidez no mercado financeiro internacional, as quais, por credibilidade ou falta da mesma, podem diminuir drasticamente nossas reservas de uma hora para outra. Além disso, novos países têm entrado com força na exportação de *commodities* que antes eram produzidas no Brasil. A China e pequenos países da Ásia têm se destacado na competição mundial pela ocupação agressiva no cenário de exportações de produtos manufaturados. Por isso, não se pode garantir que o Brasil seja capaz de superar, sem grandes riscos, as novas crises econômicas mundiais que poderão surgir na próxima década, mesmo porque outros países emergentes têm mostrado condições de fornecer os produtos que o Brasil exporta a preços muito mais baratos, ameaçando nossa economia. Os países da União Européia, os Estados Unidos, Japão, Coréia e China, já perceberam que é preciso redirecionar a produção para bens de alto valor agregado, de alta tecnologia e de baixo impacto ambiental.

Em Santa Catarina, isso se torna crucial. Ao invés de investir em “guerras fiscais” com outros estados, é preciso aproveitar o momento favorável da nossa economia e pensar nas políticas que garantirão uma base sustentável para nosso crescimento. Para competir no mundo atual entendemos que é preciso se diferenciar, aproveitar recursos que são únicos em nosso país. É preciso apostar na criatividade, explorar novas oportunidades, investir em ativos baseados no conhecimento (os ativos intangíveis), no empreendedorismo dos cidadãos, tornando viável a produção de bens e serviços diferenciados e originais.

Os setores criativos compõem uma cadeia complexa e interdependente de mão-de-obra que perpassa a produção de conhecimento em novas tecnologias, setores autopeças, *desing* de moda, indústria têxtil, calçados, artesanato, filmes e vídeos, arquitetura, música, publicações, *software*, serviços de computação, edição, gráficas e tantos outros, que dependem da ampliação do conhecimento e de investimentos no potencial inovador e criativo dos trabalhadores.

A exemplo de outros países que têm prosperado na economia criativa com a geração de mais empregos nestes setores e com maiores remunerações, o governo do Estado de Santa Catarina, em parceria com o governo federal, setores privados e organizações não-governamentais da sociedade, criará plenas condições para alavancar o crescimento dos setores criativos, pois acreditamos que este é o caminho para o desenvolvimento sustentável da economia de Santa Catarina e do Brasil.

Para que os resultados desse investimento possam prosperar e resultar em políticas públicas eficazes, não basta estimular a pesquisa e a produção de conhecimento apenas nas universidades e principais centros tecnológicos do Estado. É preciso incluir a sociedade de modo efetivo neste processo, ampliando e melhorando a qualidade da educação, garantindo o acesso de todas as crianças, jovens e adultos à escolas públicas de qualidade, à informação; é necessário aperfeiçoar as habilidades de ensino dos professores em áreas inovadoras, tornando-os capazes de preparar com responsabilidade as futuras gerações que serão responsáveis por uma nova economia baseada nas diretrizes sustentáveis.

Serão pontos centrais de nossos esforços e investimentos:

- a. A elaboração de um Atlas da Criatividade no Estado de Santa Catarina que identifique o potencial de desenvolvimento dos setores criativos e induza à conscientização dos governos locais e da população sobre a importância econômica desse setor.
- b. Gerar uma linha de fomento dedicada especificamente aos setores criativos com maior capacidade de gerar emprego e renda.
- c. Coordenar os gastos da área cultural com o objetivo de formar um público consumidor de bens e serviços culturais em suas várias manifestações como dança, música, pintura, fotografia, cinema entre outros, e também a formação de mão-de-obra qualificada para essas atividades.
- d. Criação de cursos técnicos de capacitação nas áreas de maior potencial de criatividade identificadas no Atlas de Criatividade do Estado.
- e. Ampliação do acesso à internet nas escolas da rede pública e nas áreas rurais por meio de parcerias público-privadas.

4) Promover a economia dos ecossistemas e da biodiversidade

Como governo do Estado de Santa Catarina, iremos desenvolver as seguintes ações capazes de reduzir a perda de biodiversidade e de garantir a exploração sustentável de seu potencial econômico:

- a. Ampliação da verba destinada ao Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de Santa Catarina.
- b. Desenvolvimento de um sistema de mensuração do valor utilitário do uso e não uso de bens e serviços dos ecossistemas do Estado como uma ferramenta para avaliar as implicações econômicas da perda de biodiversidade.
- c. Criar novas linhas de fomento para pesquisa e desenvolvimento relacionadas ao uso econômico da biodiversidade, como eco-turismo e o uso de material genético para o desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos e cosméticos.

5) Educação adequada às necessidades de nosso tempo

Nenhum estado tem sofrido tanto quanto Santa Catarina a escassez crescente de trabalhadores qualificados em áreas estratégicas. A superação dessa situação se dará pelo investimento intensivo em todos os níveis da educação formal, pela ampliação do acesso às tecnologias e pelo desenvolvimento de outros espaços de aprendizagem. Juntos com Marina Silva temos os seguintes compromissos com a educação:

- a. Dar prioridade política e orçamentária à educação com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica. É preciso assegurar investimentos que aprimorem o ensino no Estado e a ampliação dos valores *per capita* anual investidos por aluno. Pretendemos implantar um sistema de metas e bônus de despenho, mas não abrimos mão da necessidade de avaliar a atuação e a qualificação dos professores, pois sem um sistema de avaliação e premiação não há como melhorar a qualidade do ensino.
- b. Articular o atendimento à primeira infância com as áreas de educação, saúde e assistência social. Apoiar a ampliação de instalações apropriadas, com condições básicas de higiene e profissionais qualificados, para que as mães possam trabalhar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão sendo cuidados em ambientes adequados e com a devida atenção. Desenvolver políticas alternativas, como creches públicas com co-gestão e supervisão comunitárias, com intuito de garantir qualidade, aliadas à programas de apoio à família com transferência de renda e capacitação relativa aos cuidados de saúde e ao desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças.

- c. Descentralizar a rede de ensino. Uma rede descentralizada com participação dos municípios permite distribuir melhor as responsabilidades e adequar melhor a demanda à oferta. É importante garantir aos municípios um papel cada vez maior no ensino da 1ª à 5ª série enquanto o Estado deve se concentrar no ensino das disciplinas da 6ª série em diante e na formação de professores.
- d. Concentrar o investimento no ensino médio e profissionalizante. Definir parâmetros contemporâneos para o ensino médio que promovam o crescimento do número de matrículas e evite a evasão de alunos. Promover o ensino técnico como a prioridade do sistema e em direta conexão com as atividades profissionais e as necessidades do setor privado.
- e. Desenvolver um currículo escolar para o século XXI com a inclusão de temas como o ensino de idiomas, informática, empreendedorismo e pequenos negócios, sustentabilidade ambiental, noções básicas de contabilidade, economia e finanças.
- f. Associar empreendedorismo com educação e criar unidades embrionárias de pequenos negócios para os estudantes de segundo grau.

6) Combater as desigualdades, superar o assistencialismo e construir uma nova geração de políticas sociais

O país deu um grande salto nas políticas sociais nos últimos anos superando os métodos assistencialistas de atendimento aos mais pobres (simbolizados pelo programa de Cestas Básicas). Houve evolução para a segunda geração de programas sociais, com formas menos paternalistas de superação da pobreza extrema com a distribuição de renda direta às famílias com contrapartidas dos beneficiários, como o Bolsa Família. Contudo, é preciso preparar as novas gerações a depender menos de assistência e mais da criação de riquezas.

Santa Catarina deve liderar a adoção de programas sociais de terceira geração que amplie os esforços atuais de forma proativa, integrada e adequada a diferentes condições de carência. O objetivo é superar a pobreza por meio da garantia do acesso e da oferta de oportunidades a indivíduos e famílias para a sua inclusão produtiva na sociedade.

Para atingirmos a terceira geração de programas sociais desenvolveremos as seguintes ações:

- a. Consolidar e ampliar as boas práticas associadas a políticas e programas sociais. O programa Bolsa Família. O programa pode chegar a atender rapidamente algo como 327 mil famílias na Capital que se encontram em

situação vulnerável. Essa é uma conquista importante que precisa ser, no entanto, preparada para o futuro.

- b. Ampliar e integrar programas sociais dirigidos à erradicação da pobreza. Dar maior eficácia, eficiência e efetividade ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que hoje funciona como a porta de entrada da assistência social e que desempenha no Estado o papel de agente integrador das políticas e programas sociais hoje disponíveis em vários níveis de governo (federal, estadual e municipal) consolidando-os, integrando-os e orientando-os prioritariamente para o atendimento das famílias mais pobres do Estado. A meta é a construção de um sistema integrado de diferentes programas sociais hoje existentes em uma única rede de serviços sociais voltada para o atendimento prioritário das famílias mais pobres do Estado. Aos agentes dessa Rede caberá atualizar o Cadastro Único dos Programas Sociais, fornecer informações aos seus usuários e gestores sobre as deficiências, oportunidades e efetividade dos programas sociais, assim como estabelecer com a família o Plano de Desenvolvimento Familiar.
- c. Priorizar o esforço individual e familiar como a principal estratégia de superação da pobreza. Transformar os beneficiários dos programas sociais em parceiros dotados de protagonismo na escolha das oportunidades que lhes são oferecidas, assim como tornar-lhes cientes de que a superação da situação em que se encontram dependerá principalmente da sua capacidade de aproveitar plenamente tais oportunidades. Agentes especializados auxiliarão as famílias mais vulneráveis a criar seu próprio Plano de Desenvolvimento Familiar, levando-se em conta as necessidades de cada família e definindo-se metas a serem por elas alcançadas.
- d. Diferenciar a produção e a oferta de programas sociais da definição dos usuários dessas oportunidades. É preciso separar produção e gestão de programas e serviços sociais da oferta e seleção dos seus usuários. Em consonância com o programa de Marina Silva, propomos a criação de uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar no Estado, que será responsável por levar os programas sociais às famílias mais pobres e dar apoio a suas escolhas. Além disso, apresentarão aos produtores e gestores desses serviços os seus usuários preferenciais, garantindo aos beneficiários a possibilidade de inscrição nesses programas.
- e. Estimular o empreendedorismo como estratégia de superação da pobreza. Assegurar que os indivíduos e famílias atendidas pelos programas sociais integrados se sintam instadas a buscar melhores condições fora do ambiente de atendimento desses programas, principalmente tomando consciência de suas potencialidades e desenvolvendo capacidades que as permitam garantir sua sobrevivência.

- f. Buscar e estimular parcerias público-privadas. É preciso avançar além do modelo do Estado unicamente provedor para o Estado mobilizador e atrair o setor empresarial e as organizações não-governamentais para participarem do esforço de erradicação da pobreza em Santa Catarina. Tal esforço deverá ser efetivado por meio da associação à execução de políticas e programas sociais integrados, assumindo o lugar de agente econômico principal, capaz de recrutar, treinar e empregar indivíduos e – eventualmente – famílias em atividades produtivas que façam parte de cadeias de valor que envolvam o fornecimento de bens e serviços descentralizados necessários aos seus processos produtivos.

7) Garantir a segurança e a qualidade de vida

O Estado de Santa Catarina teve avanços, mas insuficientes, a população ainda se sente insegura, mas é possível diminuir o número de crimes, principalmente os mais violentos, com a realização de grandes reformas na estrutura institucional da segurança pública. Grandes reformas institucionais custam caro para a sociedade, têm um tempo de maturação longo e seus resultados são difíceis de serem antecipados com clareza devido à complexidade inerente a todo processo de mudança política.

O nosso Governo tem um compromisso com a manutenção de bons resultados e pretende ampliá-los. Sabemos que não será possível reduzir os crimes violentos da mesma forma que ocorreu na década anterior e que cada ponto a menos das taxas de crimes será conquistada com enorme esforço. Por isso, precisamos de prioridades claras e foco. Nossas ações na segurança pretendem:

- a. Priorizar o combate ao crime organizado nas prisões e na sociedade. Teremos tolerância zero com o crime organizado. Por seu poder de cooptação e corrupção esse é um problema que exige determinação e atenção. Não menosprezamos a ameaça que essa forma de crime representa para o Estado e para a sociedade e não transigiremos diante da necessidade de punir com o máximo rigor da Lei os criminosos envolvidos com qualquer forma do crime organizado como o tráfico de armas, de drogas, de seres humanos, com a biopirataria e com a pirataria de produtos.
- b. Adotar medidas preventivas focadas no controle da desordem pública (terrenos abandonados, paredes pichadas, lixo jogado nas calçadas) uma vez que esses fatores têm influência direta sobre a localização dos crimes. Vamos criar mecanismos para estimular a Polícia Militar, a Polícia Civil, e, indiretamente, as Guardas Municipais e a população do Estado a cooperar na solução dessas situações que favorecem a ocorrência de crimes. Vamos criar linhas de atendimento direto para que a população possa relatar esses problemas e sugerir soluções. Vamos também investir no treinamento de todos os batalhões da Polícia Militar, para que cada batalhão tenha programas de policiamento orientado a problemas.

- c. Melhorar a qualidade do atendimento das polícias civil e militar. Sabemos que, quando a polícia segue procedimentos operacionais bem definidos, não apenas o policial corre menos riscos, como também diminui o risco de todos os envolvidos. Vamos investir em novas tecnologias que permitam o acompanhamento eletrônico do trabalho da polícia. Hoje é possível encontrar no mercado de equipamentos de segurança micro-sistemas de gravação de áudio e vídeo que podem ser acopladas ao fardamento do Policial Militar, o que certamente facilitaria o controle dos procedimentos realizados em abordagens de suspeitos, controle de multidões, cumprimento de mandados entre outras operações policiais de maior complexidade. Controle não significa podar a iniciativa do policial nas ruas, mas prepará-lo para desempenhar suas funções de forma compatível com os procedimentos definidos pelas próprias polícias e almejados pela sociedade. Permitiremos que a Polícia Militar faça o Boletim de Ocorrência diretamente no local ao atender chamadas da população. Isso elimina o tempo de deslocamento até as delegacias e libera a Polícia Civil para o exercício de sua missão principal que é a investigação de crimes.
- d. Reforçar os mecanismos de controle interno e externo das polícias. Reforçar o seu papel no controle interno das instituições policiais, ampliando os seus recursos e a sua infraestrutura tecnológica. A Ouvidoria da Polícia é o principal órgão de controle externo das polícias, o canal de acesso direto da população para fazer reclamações, denunciar abusos, fazer elogios e sugestões. Pretendemos investir na sua ampliação e na melhoria do sistema de pronto atendimento por telefone e internet. Quem reclamar ou fizer recomendações de melhorias deve ser capaz de acompanhar o caso pela internet ou por meio do sistema de atendimento telefônico.
- e. Expandir o número de vagas no sistema penitenciário de forma a garantir um tratamento digno aos apenados e desenvolver políticas para a reinserção de ex-detentos no mercado de trabalho, na família e na sociedade. Programas governamentais devem considerar essa população como economicamente ativa e socialmente aceitável, evitando que retornem às práticas criminosas.

Santa Catarina é um estado em que a população está concentrada em áreas urbanas e um dos grandes desafios do século 21 é, justamente, garantir o crescimento sustentável das cidades e a ampliação dos mecanismos de participação democrática. As questões que afetam o desenvolvimento urbano devem ser encaradas como estratégicas para o Estado no curto, médio e longo prazos, com o objetivo de superar déficits de saneamento e habitação, aumentar a eficiência na gestão das cidades por meio de mecanismos que garantam recursos para os municípios financiarem o seu desenvolvimento urbano, onde o governo federal e o governo estadual têm o importante papel de induzir políticas e ações que integrem e articulem a promoção do desenvolvimento humano e a qualidade de vida de seus habitantes.

Nossas metas para assegurar a sustentabilidade e a qualidade de vida no ambiente urbano são:

- f. Aprimorar a capacidade de gestão e planejamento do setor de saúde garantindo o financiamento estável para o SUS e aprofundando a universalização do acesso dos usuários do Sistema de Saúde. O foco das políticas estará voltado para a atenção básica e para a ampliação da capacidade de prevenção do SUS. Vamos diminuir as desigualdades de acesso que ainda existem e minorar as diferenças de infraestrutura entre as regiões do Estado.
- g. Qualificar e valorizar o profissional de saúde com investimentos em formação continuada em parceria com as universidades e empresas e garantir o uso racional de novas tecnologias na saúde.
- h. Propor uma legislação e um sistema de monitoramento e controle que proteja a saúde da população no que tange ao uso de gorduras trans, açúcares, sódio e resíduos de pesticidas nos alimentos. Em relação aos combustíveis estabelecer padrões de qualidade com vistas a proteger o meio ambiente e a saúde pública que seja compatível com a legislação adotada nos países da União Européia, Canadá e nos Estados Unidos.
- i. Articular o acesso ao saneamento básico às ações de superação do déficit habitacional e de promoção da saúde. Manter investimentos constantes, progressivos e melhor distribuídos no Estado visando aumentar o ritmo de superação do déficit de acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos, embora atualmente quase 90% dos domicílios no Estado de Santa Catarina tenham infraestrutura urbana considerada adequada, o esgoto gerado é na sua maior parte lançado nos corpos d'água sem nenhum tratamento, problema que inclusive afeta os mananciais de abastecimento, sendo este um dos dados mais negativos do Estado.
- j. Criar uma política que garanta 100% de acesso à água potável em 4 anos e a proteção dos mananciais de abastecimento de água. Apoiar fortemente a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Congresso e priorizar a sua regulamentação e implantação no Estado. Criar diretrizes e incentivos para implantação de programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem nos municípios do Estado, visando o desenvolvimento de sua cadeia de produção com a inclusão dos catadores e cooperativas. Fomentar ações e programas para aprimorar e ampliar o tratamento, disposição e reutilização de resíduos industriais e inertes, em especial os resultantes da construção civil.

8) Criar um sistema inovador de gestão no setor público com a adoção de metas e prazos tangíveis para a execução

As experiências bem sucedidas na área de gestão pública surgidas na última década no Brasil demonstraram que o uso adequado de informações e a construção de sistemas de avaliação e metas de desempenho são fundamentais para o planejamento e a implementação de políticas eficazes em qualquer área de atuação do governo. O Programa Estado para Resultados do Governo de Minas Gerais é um exemplo a ser seguido nessa área. No Estado de Santa Catarina foram poucos os avanços importantes, principalmente quanto a gestão do serviço público, que viu sua estrutura aumentar muito sem resultados práticos. A Descentralização se mostrou mais desagregação, com gente sem habilitação técnica assumindo cargos. O compromisso de nosso governo é avançar na consolidação de um sistema de avaliação e metas de desempenho que seja capaz de incorporar o ponto de vista dos usuários dos serviços públicos. O estabelecimento de metas e o seu monitoramento é a saída para o Estado e o serviço Público.

Propomos a ampliação do sistema de gerenciamento por resultados no setor público com base nas seguintes ações:

- a. O desenho de um sistema de avaliação das políticas públicas que leve em conta em primeiro lugar a satisfação dos usuários com os serviços públicos.
- b. Estabelecer um sistema de pactuação de resultados que estabeleça por meio de indicadores e metas quais os resultados que serão entregues por cada órgão público.
- c. Desenvolver um sistema de gestão por resultados que seja capaz de oferecer aos cidadãos parâmetros objetivos para a avaliação dos gestores públicos em diferentes níveis. Pretendemos assim implementar na administração pública uma cultura voltada para resultados, estimulando, valorizando e destacando servidores, dirigentes e órgãos que cumpriram suas metas e atingiram os resultados previstos.
- d. Desenvolver novas metodologias de mensuração do bem estar - social que levem em conta dimensões ainda não contempladas nas metodologias tradicionais de mensuração da produção, consumo e satisfação do público, como o Índice da Felicidade praticado no Butão, conhecido como a medida da “Felicidade Interna Bruta”. Medida hoje em debate em vários países europeus. Outras iniciativas como a pegada ecológica (*ecological footprint*), pegada de carbono e pegada de água devem ser desenvolvidas com a finalidade de orientar a implantação da Licitação Sustentável em Santa Catarina.

- e. Incentivar, estruturar, formar servidor público catarinense, tornando-o parceiro direto no planejamento e na execução das ações de desenvolvimento do Estado.
- f. Concretizar um Plano de Carreira que abranja todas as classes e que seja realmente implantado, possibilitando ao servidor público crescer realmente dentro da Estrutura do Estado, seja profissional, financeira em meritóriamente.